



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 13 de maio de 2022
(OR. fr)

8979/22

COH 39
SOC 260

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Como conciliar um desenvolvimento centrado em objetivos comuns atendendo mais às soluções concebidas pelos intervenientes locais para os concretizar? = Troca de opiniões

Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais de 2 de junho próximo, que será consagrada à política de coesão, os ministros responsáveis pela política de coesão serão convidados a, com base no documento da Presidência anexo à presente nota, trocar opiniões sobre o tema "Como conciliar um desenvolvimento centrado em objetivos comuns atendendo mais às soluções concebidas pelos intervenientes locais para os concretizar?".

Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão) de 2 de junho de 2022**Documento de reflexão**

O lema da União Europeia – "Unidos na diversidade" – nunca foi tão atual, agora que os dramáticos acontecimentos desencadeados nas nossas fronteiras nos vieram recordar até que ponto a paz continua a ser um dos objetivos essenciais e constitutivos da União Europeia. O reconhecimento da riqueza cultural e linguística da nossa União é também o reconhecimento da diversidade das regiões e coletividades territoriais que a compõem. Num mundo que se vê a braços com as consequências de importantes transições – climática, digital e social –, são precisamente estas diferentes componentes do nosso património comum e o seu desenvolvimento harmonioso e equilibrado que nos permitem ser mais fortes juntos.

Desde que foi criada, a política europeia de coesão passou a constituir a base a partir da qual haverá que delinear as trajetórias comuns de desenvolvimento e crescimento por forma a procurar mais oportunidades de desenvolvimento sustentável, reduzir o risco de tensões decorrentes de disparidades demasiado acentuadas e melhorar a qualidade de vida de todos os europeus.

O último relatório sobre a coesão veio confirmar que a convergência entre Estados-Membros e entre as regiões da UE está a progredir e que o nível de desenvolvimento da União melhorou.

No entanto, identificou também novos desafios e riscos para a coesão que importa desde já antecipar definindo estratégias e objetivos em comum, nomeadamente a fim de propor respostas consistentes face:

- ao abandono de certos territórios (rurais, periféricos, em transição industrial, etc.) e da sua população, que se sente entregue à sua sorte e afastada dos principais desenvolvimentos económicos e sociais, alimentando assim a geografia do descontentamento;

- às dificuldades enfrentadas por inúmeras regiões que, apesar da ajuda de que beneficiam, continuam a viver numa situação de estagnação, ou até mesmo de regressão dos seus níveis de desenvolvimento relativamente à média europeia, e não conseguem enveredar por uma trajetória de crescimento sustentável. Estas condicionantes de desenvolvimento estão presentes em todos os espaços geográficos da União e todos os níveis de desenvolvimento.

Tais constatações fazem também com que nos interroguemos sobre:

- a validade, de 2027 em diante, dos métodos utilizados desde há três gerações de programas para acompanhar as trajetórias de desenvolvimento dessas regiões; e
- a forma de adaptar as prioridades da política de coesão de molde a permitir aos territórios refletir as suas necessidades e atender às suas capacidades endógenas de desenvolvimento, que não são nem podem ser uniformes em toda a União Europeia.

Com base nestas constatações, a Presidência gostaria, pois, de submeter a seguinte questão para debate:

Haverá que repensar o método utilizado?

A política regional europeia define orientações à escala da Europa comuns a todas as regiões, independentemente das suas características. No entanto, é sabido que os intervenientes locais são quem mais bem posicionado está para identificar as necessidades das regiões e que nem todas as situações exigem respostas idênticas (*one size does not fit all*) (o que é bom para um não é bom para todos).

Assim sendo, como conciliar um desenvolvimento centrado em objetivos comuns com uma maior diferenciação que tenha em conta situações à partida heterogéneas?

Como simplificar a execução desta política mantendo a apropriação dos intervenientes locais e o princípio da parceria, de modo a promover trajetórias diferenciadas que convirjam para a elaboração de orientações estratégicas europeias globais?